

editorial

Dois pesos e duas medidas



Este mês, a Petrobrás conclui a avaliação de desempenho dos trabalhadores que concorrem aos níveis e promoções referentes ao exercício de 2007, já que no ano passado, devido à negociação do novo PCAC, a empresa não abriu o processo. As normas disciplinares da Petrobrás impedem de participar da avaliação os trabalhadores que sofreram advertência e/ou suspensão, foram reclassificados em processo seletivo público ou não atingiram pelo menos 70% da meta do GD.

O mesmo rigor, no entanto, não se aplica às gerências. Seja na avaliação de desempenho ou nas indicações feitas pela direção da Petrobrás. Uma estratégica gerência do Cenes, por exemplo, foi ocupada por um ex-gerente da Bacia de Campos, indiciado pela Polícia Federal no inquérito gerado pela operação Águas Profundas. A despeito de ter sido preso e apontado pela polícia como um dos principais envolvidos no esquema de licitações fraudulentas que causaram prejuízos milionários à Petrobrás, o tal gerente não foi demitido. Sofreu apenas 29 dias de suspensão. Pior: assumiu depois a gerência que é responsável pelo orçamento do maior centro de pesquisas da América Latina. "Caiu pra cima".

As normas disciplinares da Petrobrás

são rigorosas quando se trata do petroleiro, aquele cidadão comum, que deixa de ganhar nível ou promoção se tiver sofrido, por exemplo, uma simples advertência. Para esses trabalhadores, não há meio termo. É a velha prática de "dois pesos e duas medidas".

A direção da Petrobrás deve, no mínimo, explicações à categoria e à sociedade. Desde julho do ano passado, quando a Polícia Federal anunciou a prisão dos envolvidos na rede de corrupção investigada pela operação Águas Profundas, a FUP vem tentando se reunir com o presidente da empresa e o diretor do E&P para saber os resultados da comissão interna de sindicância e as providências tomadas em relação aos trabalhadores envolvidos no esquema. Como a Petrobrás não se pronuncia, a FUP apresentará a denúncia ao Ministério Público.

O caso aqui relatado é gravíssimo e, ao mesmo tempo, emblemático, pois expõe da pior forma possível os valores morais, políticos e sociais de muitos dos gerentes que ocupam cargos estratégicos na companhia. "Cair pra cima" e "dois pesos e duas medidas" são clichês que já se tornaram práticas de gestão na Petrobrás e revelam a complacência de alguns setores da empresa com o assédio moral e a corrupção.

Alguns gerentes chegaram a se cotizar para cobrir os custos com o advogado criminalista contratado para tirar da prisão o colega indiciado pela Polícia Federal. Mesmo sabendo que não existe meio corrupto ou meio culpado. São esses mesmos gerentes que tratam com escárnio as lutas da classe trabalhadora e de tudo fazem para quebrar nossa unidade, boicotar nossas conquistas e impedir novas vitórias. A FUP espera que o Ministério Público se pronuncie em relação à complacência da Petrobrás com um gerente acusado de corrupção. Não podemos permitir que essa imoralidade seja tratada pelo corpo gerencial da empresa como um fato normal até que caia no esquecimento.

FUP intensifica luta por aposentadoria especial

A Comissão de Aposentadoria Especial, conquistada no Acordo Coletivo de Trabalho, está finalmente consolidada. Formada por quatro representantes da FUP e quatro da Petrobrás, a Comissão irá atuar para garantir a todos os petroleiros em área de risco o direito à aposentadoria especial. Os representantes da FUP e da empresa discutirão os critérios para avaliações de riscos ambientais, assim como as documentações necessárias para requerimento do benefício junto ao INSS.

Em atendimento à reivindicação da FUP, os integrantes da Comissão participarão de um curso de formação que abordará temas como legislação previdenciária e trabalhista, higiene ocupacional, toxicologia e sistemas internos de registro (SPPP, SD-2000 Plus). As aulas serão ministradas por técnicos da USP, Fundacentro e Petrobrás. Cada sindicato filiado poderá enviar um representante para o curso.

A FUP tem também realizado seminários regionais com os sindicatos para discutir a aposentadoria especial e fortalecer a luta da categoria pela consolidação deste direito. Já ocorreram seminários no Espírito Santo e no Norte Fluminense. Além disso, a Federação participou da discussão das diretrizes apresentadas pela CUT ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que está elaborando uma proposta de lei de regulamentação da aposentadoria especial. O documento dos trabalhadores cobra que o projeto de lei garanta de forma ampla e coletiva o direito à aposentadoria especial a todos os brasileiros em regimes de trabalho que prejudicam a sua saúde, como o Confinamento, o Trabalho Noturno e o Turno Ininterrupto de Revezamento.

continua no verso...

Quem tem direito à aposentadoria especial?

A Petrobrás continua negando-se a apresentar à FUP a relação dos trabalhadores para os quais a empresa faz contribuições adicionais ao INSS referentes à aposentadoria especial. A UN-BC disponibilizou na intranet um link para acessar o Perfil Previdenciário Profissiográfico (PPP). É no mínimo incoerente, que a Petrobrás insista em não divulgar a listagem, pois o PPP traz informa-

ções do Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), documento que diz se há ou não contribuição adicional da empresa para o INSS.

Na edição do dia 02 do *Informe FUP*, divulgamos para todos os trabalhadores o link na intranet para acessar o PPP: <http://apl.ti.petrobras.com.br/sppp/conteudo/menu.asp>.

A orientação da FUP é de que os

trabalhadores façam a consulta, acessando o link na intranet e copiem o código que aparecer no GFIP. Se for 00, significa que você não tem direito à especial. Se o código for 01, você já teve direito no passado, mas atualmente não tem mais. Se o código for 04, significa que a Petrobrás está recolhendo a alíquota adicional para o INSS e, portanto, você tem direito à aposentadoria especial.

28 de abril dia de luta por condições seguras de trabalho

Os sindicatos estão discutindo com os petroleiros o calendário de lutas para o próximo 28, **Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho**. A FUP indicou mobilizações em todas as bases, em memória dos petroleiros que pagaram com a vida o descaso da Petrobrás com a segurança no ambiente de trabalho.

Ao longo dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreram 179 mortes nas unidades da

empresa, sendo que 138 eram trabalhadores terceirizados. Nesses seis anos de governo Lula, já contabilizamos 86 vítimas de acidentes fatais no Sistema Petrobrás. Setenta e seis destes trabalhadores mortos eram terceirizados. Apesar de ter havido uma redução de acidentes na companhia, a política de SMS e de terceirização não tiveram alterações significativas. Os acidentes continuam matando e os trabalhadores terceirizados continuam

sendo as principais vítimas.

Precisamos, portanto, continuarmos mobilizados, cobrando mudanças nas diretrizes de SMS, aumento nos efetivos próprios e uma política de contratação que garanta condições dignas de segurança e trabalho para os terceirizados. No dia 28, a FUP e seus sindicatos estarão mais uma vez à frente de uma grande mobilização nacional, convocando todos os petroleiros a somarem força nesta luta.

Conselheiros deliberativos são notificados pela SPC por descumprirem limite de paridade no Plano Petros

Os conselheiros deliberativos da Petros foram intimados a explicar à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por que descumprimento o limite de paridade contributiva previsto pela atual legislação da Previdência Complementar. A SPC é categórica: o Conselho Deliberativo permitiu que as empresas do Sistema Petrobrás contribuíssem para o Plano Petros com valores superiores ao das contribuições normais dos seus participantes e assistidos.

Está claro que a Secretaria não medirá esforços para que todos os fundos de pensão cumpram a atual legislação previdenciária, independentemente dos impactos que possam ocorrer para os participantes e

assistidos. A FUP e seus sindicatos estavam corretos quando priorizaram o processo de negociação para resolver as pendências da Petros, como o pagamento das dívidas que as patrocinadoras têm com o Plano Petros e as

A FUP e seus sindicatos estavam corretos quando priorizaram o processo de negociação para resolver as pendências da Petros

mudanças necessárias para enfrentar os impactos dessa nova legislação sobre os participantes e assistidos.

Se a FUP e seus sindicatos não tivessem buscado soluções para pro-

teger os direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, o caminho inevitável seria a justiça. A categoria estaria à mercê de longos processos, com intermináveis recursos e desfecho imprevisível.

De forma irresponsável, as associações de aposentados e os sindicatos dissidentes ignoraram os riscos. Preferiram, como sempre, iludir os petroleiros, ao invés de encarar a realidade dos fatos e somarem força na busca de soluções. Além de nada fazerem para enfrentar as mudanças impostas pela nova legislação previdenciária, mentiram e distorceram informações, enganando e prejudicando milhares de participantes e assistidos do Plano Petros.